

Câmara aumenta número de sessões para apressar cassação de acusados

O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), anunciou que a partir de segunda-feria vai instituir sessões ordinárias todos os dias para acelerar o processo de cassação dos parlamentares acusa-

dos pela CPI do Orçamento e assegurar quorum para a revisão constitucional. A Câmara estava realizando sessões ordinárias apenas dois dias por semana, segunda e terça-feiras, em regime de convocação extraordinária. Com a decisão de Inocêncio, os deputados são obrigados a comparecer a mais sessões. O Regimento Interno prevê até perda de mandato para quem registrar mais de dois terços de faltas, além de corte no salário.

Com a realização de cinco sessões ordinárias por semana, o processo de cassação dos deputados acusados pela CPI do Orçamento corre mais depressa. Isso vai influir também nas votações da revisão constitucional, onde a presença dos indiciados cria constrangimento entre os colegas. "Há um cheiro de cadáver no ar", comentou durante a semana o deputado José Múcio Monteiro (PFL-PE). "O Congresso está no puerpério", observou o sub-relator da revisão, deputado Gustavo Krause (PFL-PE), referindo-se ao estado de depressão dos parlamentares depois da CPI do Orçamento. Na opinião do relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), está faltando um "eixo político ao País".

"Estamos praticamente sem Executivo e sem Congresso e o debate político se transformou em uma verdadeira guerra de guerrilha", afirmou Jobim. Segundo o relator, o que está atrasando a revisão não é um problema político, mas a falta de motivação do Congresso. Para o relator, a ausência



Geraldo Magela

Inocêncio: sessões diárias ao invés de duas sessões por semana

de um eixo político consistente que estabeleça as relações políticas e institucionais está contribuindo para o surgimento de relações inescrupulosas. "Não há uma direção, não há um rumo e tudo acontece sem nenhum controle". Jobim disse que toda esta situação está levando a uma inversão de prioridades no Congresso, onde as questões nacionais estão sendo suplantadas por problemas setoriais.

Jobim é contra todas as propostas de prorrogação do calendário da revisão constitucional. "Esta não é uma boa solução". Ele rejeitou a proposta do presidente de seu partido, deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), de realizar a revisão em dois turnos — um agora e outro depois das eleições. "Fazer a revisão com o véu da incerteza é um risco", afirmou o relator. Segundo ele, depois das eleições, o debate

constitucional vai acontecer entre vencedores e derrotados. "Redesenhar o Estado depois da eleição é incentivar o clima de retaliação no Congresso".

O relator deu exemplos do que pode ocorrer na revisão caso vença o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. As medidas provisórias, segundo ele, cairiam porque as forças conservadoras, que são maioria, não admitiriam dar ao presidnete do PT qualquer instrumento para governar em situações de emergência. Outra consequência seria a introdução de modificações profundas no Orçamento como, por exemplo, deixar para o Congresso a competência de elaborá-lo. Com certeza, afirmou Jobim, seria votado um dispositivo prevendo o voto de desconfiança para ministro de Estado: "Seria uma verdadeira loucura".

CORRUPÇÃO